

Equipe resiste a pedido de ampliação de prazo

Tendência é rejeitar solicitação de período maior para pagamento das dívidas contratuais

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — Um dos principais pleitos dos governadores que participam do movimento de pressão por melhores condições para pagamento das dívidas tromba de frente com uma orientação do presidente Fernando Henrique Cardoso à equipe econômica. Os governadores querem passar de 20 para 30 anos o prazo para pagamento das dívidas contratuais, mas a ordem é não mexer em renegociações feitas anteriormente. Todos os Estados renegociaram essa dívida em 1993, quando o ministro da Fazenda era Fernando Henrique.

"Isso é um ponto de vista do governo, não vamos mexer nisso", afirmou um técnico da Fazenda. Os governadores consideram que a equipe econômica está muito "inflexível" e pretendem apelar

ao presidente para que ele "reoriente" os técnicos, segundo explicou anteontem o governador do Espírito Santo, Vítor Buaini.

A área econômica também não está disposta a conceder vantagens generalizadas, como está sendo proposto. "Não dá para dar um tratamento geral, descolado de medidas de ajuste", explicou o técnico. Prazos de 30 anos já foram concedidos para Minas e Rio Grande do Sul, mas para dívidas que ainda não tinham sido objeto de rolagem.

PROBLEMA
MAIOR
É COM
SÃO PAULO

A Fazenda sabe que todas as negociações de dívidas estaduais em curso representarão novas despesas para o Tesouro Nacional, mas nenhum cálculo foi feito, porque falta concluir o acerto da maior dívida: a

paulista. "As negociações com São Paulo caminham bem, mas não vamos divulgar nada por enquanto, para não causar turbulências", justificou o técnico. Ontem o secretário da Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano, esteve pela terceira vez em Brasília para tratar da dívida paulista, que soma de R\$ 54 bilhões.